



SIMULADO ESPECIAL

PM AL

CARGO: SOLDADO - PÓS-EDITAL

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PM-AL**, cargo de **Soldado**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/QoSZ6pMdZmFcxMyW7>

01 - <input type="radio"/>	16 - <input type="radio"/>	31 - <input type="radio"/>	46 - <input type="radio"/>	61 - <input type="radio"/>	76 - <input type="radio"/>	91 - <input type="radio"/>	106 - <input type="radio"/>
02 - <input type="radio"/>	17 - <input type="radio"/>	32 - <input type="radio"/>	47 - <input type="radio"/>	62 - <input type="radio"/>	77 - <input type="radio"/>	92 - <input type="radio"/>	107 - <input type="radio"/>
03 - <input type="radio"/>	18 - <input type="radio"/>	33 - <input type="radio"/>	48 - <input type="radio"/>	63 - <input type="radio"/>	78 - <input type="radio"/>	93 - <input type="radio"/>	108 - <input type="radio"/>
04 - <input type="radio"/>	19 - <input type="radio"/>	34 - <input type="radio"/>	49 - <input type="radio"/>	64 - <input type="radio"/>	79 - <input type="radio"/>	94 - <input type="radio"/>	109 - <input type="radio"/>
05 - <input type="radio"/>	20 - <input type="radio"/>	35 - <input type="radio"/>	50 - <input type="radio"/>	65 - <input type="radio"/>	80 - <input type="radio"/>	95 - <input type="radio"/>	110 - <input type="radio"/>
06 - <input type="radio"/>	21 - <input type="radio"/>	36 - <input type="radio"/>	51 - <input type="radio"/>	66 - <input type="radio"/>	81 - <input type="radio"/>	96 - <input type="radio"/>	111 - <input type="radio"/>
07 - <input type="radio"/>	22 - <input type="radio"/>	37 - <input type="radio"/>	52 - <input type="radio"/>	67 - <input type="radio"/>	82 - <input type="radio"/>	97 - <input type="radio"/>	112 - <input type="radio"/>
08 - <input type="radio"/>	23 - <input type="radio"/>	38 - <input type="radio"/>	53 - <input type="radio"/>	68 - <input type="radio"/>	83 - <input type="radio"/>	98 - <input type="radio"/>	113 - <input type="radio"/>
09 - <input type="radio"/>	24 - <input type="radio"/>	39 - <input type="radio"/>	54 - <input type="radio"/>	69 - <input type="radio"/>	84 - <input type="radio"/>	99 - <input type="radio"/>	114 - <input type="radio"/>
10 - <input type="radio"/>	25 - <input type="radio"/>	40 - <input type="radio"/>	55 - <input type="radio"/>	70 - <input type="radio"/>	85 - <input type="radio"/>	100 - <input type="radio"/>	115 - <input type="radio"/>
11 - <input type="radio"/>	26 - <input type="radio"/>	41 - <input type="radio"/>	56 - <input type="radio"/>	71 - <input type="radio"/>	86 - <input type="radio"/>	101 - <input type="radio"/>	116 - <input type="radio"/>
12 - <input type="radio"/>	27 - <input type="radio"/>	42 - <input type="radio"/>	57 - <input type="radio"/>	72 - <input type="radio"/>	87 - <input type="radio"/>	102 - <input type="radio"/>	117 - <input type="radio"/>
13 - <input type="radio"/>	28 - <input type="radio"/>	43 - <input type="radio"/>	58 - <input type="radio"/>	73 - <input type="radio"/>	88 - <input type="radio"/>	103 - <input type="radio"/>	118 - <input type="radio"/>
14 - <input type="radio"/>	29 - <input type="radio"/>	44 - <input type="radio"/>	59 - <input type="radio"/>	74 - <input type="radio"/>	89 - <input type="radio"/>	104 - <input type="radio"/>	119 - <input type="radio"/>
15 - <input type="radio"/>	30 - <input type="radio"/>	45 - <input type="radio"/>	60 - <input type="radio"/>	75 - <input type="radio"/>	90 - <input type="radio"/>	105 - <input type="radio"/>	120 - <input type="radio"/>

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/3QzC49A>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

Ataques a embarcações no estreito de Ormuz aumentaram a tensão na região, um dia após o presidente Donald Trump anunciar a extensão do cessar-fogo com o Irã. Segundo a mídia estatal iraniana, três navios foram atingidos, e dois deles teriam sido apreendidos pela Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (GRII).

De acordo com o Centro de Operações de Comércio Marítimo do Reino Unido (UKMTO), uma embarcação da GRII abriu fogo contra um navio porta-contêineres a cerca de 15 milhas náuticas a nordeste de Omã, causando danos significativos à ponte da embarcação. O navio atingido seria o Epaminondas, de bandeira grega.

Outro cargueiro, o Euphoria, de bandeira panamenha e operado por uma empresa baseada nos Emirados Árabes Unidos, também foi alvo de ataque a cerca de oito milhas náuticas a oeste do Irã, segundo a empresa de inteligência marítima Vanguard e o UKMTO. A tripulação estaria segura e não há relatos de danos significativos.

Um terceiro navio, o MSC Francesca, também de bandeira panamenha, foi atingido a cerca de seis milhas da costa iraniana enquanto deixava o estreito de Ormuz em direção ao golfo de Omã. A embarcação relatou danos ao casco e às acomodações.

A Marinha da GRII afirmou que o MSC Francesca e o Epaminondas foram "apreendidos" e direcionados à costa iraniana, sob a alegação de que operavam sem as permissões necessárias e teriam manipulado sistemas de navegação.

Em uma publicação na rede Truth Social, Trump escreveu:

"Com base no fato de que o governo do Irã está seriamente fragmentado — algo que não é inesperado —, e a pedido do marechal de campo Asim Munir e do primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, fomos solicitados a suspender nosso ataque ao Irã até que seus líderes e representantes consigam apresentar uma proposta unificada", afirmou.

1. No segmento "Ataques a embarcações no estreito de Ormuz aumentaram a tensão na região", o verbo está empregado em sentido transitivo direto, tendo como objeto direto a expressão "a tensão na região".
2. No segmento "Ataques a embarcações no estreito de Ormuz aumentaram a tensão na região", seria incorreto empregar acento grave indicativo de crase no "a", após o substantivo "Ataques".
3. Em "um dia após o presidente Donald Trump anunciar a extensão do cessar-fogo com o Irã", o termo "Donald Trump" exerce função de aposto explicativo.
4. No trecho "Segundo a mídia estatal iraniana, três navios foram atingidos", a locução "Segundo a mídia estatal iraniana" exprime valor conformativo.
5. No primeiro parágrafo, em "dois deles teriam sido apreendidos pela Guarda Revolucionária Islâmica do Irã", o verbo auxiliar no futuro do pretérito indica valor de hipótese ou informação não plenamente confirmada.
6. No segundo parágrafo, substituição de "abriu fogo" por "alvejou" preservaria a coerência semântica do trecho e manteria a correção gramatical.
7. Em "a cerca de 15 milhas náuticas a nordeste de Omã", a expressão "a cerca de" poderia ser substituída corretamente por "há cerca de".
8. No trecho "A tripulação estaria segura e não há relatos de danos significativos", o verbo "há" poderia ser substituído corretamente por "existe".

9. “Um terceiro navio, o MSC Francesca, também de bandeira panamenha, foi atingido”, a expressão “o MSC Francesca” funciona como aposto especificativo.
10. O deslocamento do trecho “**também de bandeira panamenha**” para o início do período, com os devidos ajustes de pontuação e letras maiúsculas, preservaria a correção e o sentido básico da informação.
11. Em “**A embarcação relatou danos ao casco e às acomodações**”, o emprego do acento indicativo de crase em “**às acomodações**” justifica-se pela regência verbal e pela presença de artigo definido.
12. No trecho “**sob a alegação de que operavam sem as permissões necessárias**”, a oração introduzida por “**de que**” exerce a função de complemento nominal.
13. A leitura global do texto autoriza concluir que a notícia apresenta, de forma predominante, fatos relativos à escalada de tensão marítima na região do estreito de Ormuz.
14. Infere-se do texto que todos os navios mencionados sofreram danos graves e tiveram suas tripulações colocadas em risco iminente.
15. A progressão textual organiza-se, majoritariamente, pela enumeração de episódios sucessivos, o que favorece a objetividade típica do tipo textual narrativo, tipologia a que pertence o texto em questão.

TEXTO 2

A jornalista argentina Elisabetta Piqué tem uma intimidade incomum com os bastidores do poder no Vaticano que torna muito especial o seu olhar sobre o pontificado de Leão 14. O papa Francisco, inclusive, batizou os seus filhos e celebrou o seu casamento.

O mundo perdeu Francisco há um ano, em 21 de abril de 2025, aos 88 anos. Ele foi o primeiro papa sul-americano e jesuíta da história da Igreja Católica.

Correspondente em Roma do jornal argentino La Nación há mais de vinte anos e uma das mais respeitadas vaticanistas do mundo, Piqué acaba de lançar, em coautoria com o marido, o jornalista irlandês Gerard O'Connell, correspondente da revista America Magazine no Vaticano, o livro *The Election of Pope Leon XIV - The Last Surprise of Pope Francis* (“A eleição do papa Leão XIV - a última surpresa do papa Francisco”, em tradução literal).

A obra — lançada na Europa em inglês, francês e espanhol, mas ainda sem previsão de lançamento no Brasil — reconstitui, com detalhes inéditos, os dias que separaram a morte de Francisco da eleição de Robert Francis Prevost, o primeiro papa americano da história, em 8 de maio do ano passado.

O livro revela que Prevost sabia que era candidato, mas foi para o conclave convicto de que um americano jamais seria eleito.

16. No trecho ‘O livro revela que Prevost sabia que era candidato, mas foi para o conclave convicto de que um americano jamais seria eleito.’, nas três ocorrências, o termo ‘que’ pertence à mesma classe.

17. No trecho “**tem uma intimidade incomum com os bastidores do poder no Vaticano**”, a regência do adjetivo **íntimo**, correspondente semântico de *intimidade*, admite construção com a preposição **com**, razão por que a estrutura empregada está em conformidade com a norma-padrão.

18. No trecho “mas foi para o conclave convicto de que um americano jamais seria eleito”, a conjunção **mas** estabelece relação de concessão entre a expectativa natural do candidato e sua convicção de impossibilidade de eleição.

19. Infere-se do texto que a obra mencionada busca demonstrar que a eleição de Leão XIV foi inteiramente inesperada, inclusive para o próprio Robert Francis Prevost.

20. No trecho “os dias que separaram a morte de Francisco da eleição de Robert Francis Prevost”, o pronome relativo que introduz oração subordinada adjetiva restritiva e retoma o antecedente **dias**.

MATEMÁTICA

Carlos Henrique

21. Durante uma operação, duas equipes policiais (Equipe A e Equipe B) atuaram em três tipos de ocorrências: furtos, abordagens e atendimentos diversos.

A quantidade de ocorrências atendidas por cada equipe está representada na matriz

$$X = \begin{pmatrix} 2 & 3 & 5 \\ 4 & 1 & 2 \end{pmatrix}$$

(em que cada linha corresponde a uma equipe e cada coluna a um tipo de ocorrência).

Sabendo que cada tipo de ocorrência gera pontos operacionais, define-se a matriz coluna

$$Y = \begin{pmatrix} 1 \\ 2 \\ 3 \end{pmatrix}$$

como os pesos de pontuação.

Nessas condições, a pontuação total obtida pelas equipes A e B é corretamente representada pela matriz

$$X \cdot Y = \begin{pmatrix} 23 \\ 14 \end{pmatrix}$$

22. Três agentes participaram de uma operação e dividiram um bônus de R\$ 12.000,00 proporcionalmente aos tempos de serviço de 2, 3 e 5 anos, respectivamente. Nesse caso, o agente com maior tempo recebeu exatamente R\$ 6.000,00.

23. Durante uma operação, uma viatura percorreu os primeiros 180 km de uma rodovia em 3 horas, mantendo velocidade constante. Em seguida, devido a condições adversas, sua velocidade foi reduzida em 20% em relação à velocidade inicial, permanecendo constante nesse novo valor. Nessas condições, o tempo total gasto para percorrer 300 km será superior a 5 horas.

24. Em uma operação, 8 policiais conseguem atender 120 ocorrências em 5 dias, trabalhando 6 horas por dia. Mantidas as proporções, 12 policiais trabalhando 8 horas por dia atenderão mais de 300 ocorrências em 5 dias.

25. Um equipamento utilizado pela PM sofreu dois reajustes sucessivos: inicialmente, seu preço foi acrescido de 20%. Em seguida, sobre o novo valor, foi aplicado um desconto de 20%.

Posteriormente, para que o preço do equipamento retornasse exatamente ao valor inicial, foi necessário aplicar um aumento percentual x sobre o preço após o desconto.

Nessas condições, o valor de x é inferior a 5%.

26. Durante uma operação, um batalhão contraiu uma dívida de R\$ 5.000,00, sob regime de juros simples de 2% ao mês. Após certo período, verificou-se que o valor total dos juros acumulados era de R\$ 800,00. Nessas condições, o tempo decorrido foi superior a 10 meses.

27. Um equipamento teve seu valor atualizado segundo juros compostos de 10% ao mês.

Após 3 meses, o valor acumulado desse equipamento foi comparado com o valor que seria obtido caso o mesmo percentual fosse aplicado no regime de juros simples pelo mesmo período.

Nessas condições, o valor obtido no regime de juros compostos supera o valor obtido no regime de juros simples em mais de 2% do valor inicial.

28. Um investimento oferece rendimento de 12% ao ano no regime de juros compostos. Outro investimento oferece rendimento de 1% ao mês, também no regime composto. Considerando essas informações, é correto afirmar que, ao final de 1 ano, os montantes produzidos pelos dois investimentos serão iguais, independentemente do capital inicial aplicado.

29. Um banco anuncia uma taxa nominal de 24% ao ano para determinado tipo de financiamento, com capitalização mensal. Um cliente, ao analisar a proposta, conclui corretamente que, ao final de um ano, a taxa efetiva anual será superior à taxa nominal anunciada.

30. Em determinado período, uma aplicação financeira apresentou rendimento nominal de 10% ao ano, enquanto a inflação registrada foi de 6% ao ano. Um analista concluiu que, nesse cenário, o ganho real do investidor foi superior a 4% ao ano.

INFORMÁTICA

Renato da Costa

31. O BitLocker é um recurso nativo do Windows destinado exclusivamente à proteção de arquivos individuais, não podendo ser utilizado para criptografar unidades inteiras de disco.

32. No Microsoft Word, o sumário automático é gerado com base nos estilos de título aplicados ao documento, como Título 1, Título 2 e Título 3.

33. No Microsoft Excel, a formatação condicional permite alterar automaticamente a aparência de células com base em critérios definidos pelo usuário, como valores, textos, datas ou fórmulas.

34. No Microsoft PowerPoint, arquivos com extensão .potx são apresentações comuns, editáveis para exibição direta, enquanto arquivos com extensão .pptx correspondem a modelos usados como base para novas apresentações.

35. A intranet, por ser uma rede interna de uma organização, não utiliza o protocolo TCP/IP, que é exclusivo da internet.

36. No Outlook, ao utilizar o campo Bcc ou Cco em uma mensagem, o remetente encaminha cópia oculta do e-mail, de modo que os destinatários inseridos nesse campo não ficam visíveis para os demais destinatários da mensagem.

37. Em um modelo de serviço em nuvem, o servidor local do usuário passa a concentrar toda a responsabilidade pelo processamento, armazenamento e disponibilização dos serviços, ainda que a infraestrutura tenha sido contratada de um provedor de cloud computing.

38. No backup incremental, a cada nova execução são copiados todos os arquivos da origem, independentemente de terem sido alterados desde o último procedimento de cópia.

39. Na versão gratuita do OneDrive, atualmente, o usuário dispõe de 1 TB de armazenamento em nuvem, sem necessidade de assinatura adicional.

40. Doxware e hijacker são termos equivalentes, ambos utilizados para designar programas cuja única função é exibir anúncios no navegador sem alterar configurações do sistema ou ameaçar a divulgação de dados.

CONHECIMENTOS DO ESTADO DO ALAGOAS

Sérgio Henrique

41. O processo de emancipação política de Alagoas, consolidado em 1817, foi um movimento de caráter exclusivamente popular e antimonárquico, que visava a imediata e total desvinculação de Alagoas de qualquer estrutura administrativa vinculada à Coroa Portuguesa.

42. A ocupação do território alagoano e o desenvolvimento da economia açucareira foram impulsionados principalmente por expedições que partiram do norte, especificamente a partir da expansão do primeiro núcleo açucareiro pernambucano, consolidando povoadamentos em locais estratégicos como Penedo e Porto Calvo.

43. A elevação de Alagoas à categoria de Província, em 1821, representou o desfecho de um longo processo político iniciado ainda no século XVIII com a criação da Comarca de Alagoas, sendo um marco na organização administrativa que se consolidaria com a Constituição de 1824.

44. O Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, destacou-se por ter sido um reduto de resistência formado exclusivamente por africanos escravizados que fugiram das lavouras de açúcar, sem qualquer interação ou presença de indivíduos de outras origens étnicas.

45. A Guerra dos Caetés, ocorrida na região do litoral alagoano, foi um conflito resultante da reação dos colonizadores portugueses contra a resistência

indígena, sendo a morte do primeiro bispo do Brasil, Dom Pero Fernandes Sardinha, um dos elementos fundamentais utilizados pela Coroa para justificar a chamada "Guerra Justa".

46. Maceió, na qualidade de capital estadual, centraliza a administração do Poder Executivo de Alagoas, mas a Constituição Estadual garante aos 102 municípios autonomia política e administrativa, desde que observados os princípios da Constituição Federal e da própria Carta estadual.

47. O Rio São Francisco, por ser um rio de regime temporário em quase toda a sua extensão alagoana, sofre secas severas durante os meses de verão, o que inviabiliza projetos de irrigação e de geração de energia elétrica na fronteira entre Alagoas e Sergipe.

48. O crescimento urbano de Maceió, enquanto capital estadual, é um fenômeno recente e isolado, que não reflete o histórico de ocupação colonial baseada no escoamento da produção de engenhos pelo Porto de Jaraguá e a transição administrativa da antiga Vila das Alagoas para o litoral.

49. O Rio São Francisco exerce papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico de Alagoas, sendo um rio de regime perene que, ao atravessar o Sertão e o Agreste, possibilita tanto a manutenção de polos de agricultura irrigada quanto a operação de infraestruturas estratégicas de energia, como a usina hidrelétrica de Xingó.

50. O Agreste alagoano, mesorregião situada entre a Zona da Mata e o Sertão, atua como uma zona de transição fitogeográfica, onde a influência da umidade oceânica diminui gradativamente, permitindo a convivência de formações vegetais que mesclam características da Mata Atlântica e da Caatinga.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO POLICIAL MILITAR DO ALAGOAS (*1 LEI ESTADUAL Nº 5.346/1992 (ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DE ALAGOAS). 2 DECRETO ESTADUAL Nº 37.042/1996 (APROVA O REGULAMENTO DISCIPLINAR DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; 18 LEI FEDERAL Nº 14.751/2023 - LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA MILITAR).***Giulian Salvador*

51. À luz da Lei nº 5.346/1992 do Estado de Alagoas, julgue o item a seguir:

O policial militar eleito para cargo público eletivo será automaticamente transferido para a inatividade, sendo-lhe vedado o retorno ao serviço ativo, ainda que renuncie ao mandato antes do término.

52. Tendo em vista o disposto na Lei nº 5.346/1992, julgue o item a seguir:

O policial militar da ativa que aceitar cargo público civil temporário não eletivo será agregado e, caso permaneça nessa situação por mais de dois anos, contínuos ou não, será transferido ex officio para a inatividade, independentemente de sua vontade.

53. À luz da Lei nº 5.346/1992, julgue o item a seguir:

O policial militar que permanecer agregado por motivo de deserção será automaticamente demitido ou excluído após quatro meses, caso não haja captura ou apresentação voluntária dentro desse prazo.

54. À luz da Lei nº 5.346/1992, julgue o item a seguir:

O policial militar desaparecido será considerado extraviado após trinta dias de ausência, sendo que seu desligamento do serviço ativo ocorrerá seis meses após a agregação decorrente dessa situação.

55. À luz do Decreto Estadual nº 37.042/1996 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Alagoas), julgue o item a seguir:

Praticar ato de desrespeito a autoridade civil, em ambiente público, constitui transgressão disciplinar grave, por ofender diretamente o prestígio institucional e a disciplina militar.

56. À luz do Decreto Estadual nº 37.042/1996 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Alagoas), julgue o item a seguir:

A Parte disciplinar, além de ser uma narração escrita obrigatória, deve conter a descrição objetiva do fato, podendo o signatário incluir juízos de valor necessários à caracterização da transgressão, devendo ser apresentada no prazo de dois dias úteis, contado do conhecimento do fato, ou, excepcionalmente, em até quarenta e oito horas, quando houver prisão prévia do transgressor.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO POLICIAL MILITAR DO ALAGOAS (*DIREITO PENAL: DECRETO-LEI Nº 2.848/1940 E SUAS ALTERAÇÕES (PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL): TÍTULO I A III)*Priscila Silveira*

57. A respeito da aplicação da lei penal no tempo, julgue o item a seguir.

A lei penal posterior que, de qualquer modo, for mais benéfica ao agente deve retroagir para alcançar fatos praticados antes de sua entrada em vigor, ainda que já exista sentença condenatória transitada em julgado.

58. Para fins de aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal adota a teoria do resultado, de modo que o tempo do crime é considerado o momento em que o resultado se produz, ainda que a conduta tenha sido praticada em data anterior.

59. Segundo o Código Penal, considera-se lugar do crime tanto o local em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado quanto aquele em que foi praticada, no todo ou em parte, a ação ou omissão, adotando-se, assim, a teoria da ubiquidade.
60. Em regra, os crimes cometidos a bordo de embarcações públicas estrangeiras, em viagem de longo curso, que se encontrem em porto brasileiro, submetem-se unicamente à lei penal do Estado de bandeira, não incidindo a lei penal brasileira.
61. A lei penal excepcional ou temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que, ao tempo do julgamento, já tenha cessado a situação que a justificava, subsistindo sua incidência sobre esses fatos.
62. Se o agente inicia a execução de um crime, mas, por circunstâncias alheias à sua vontade, não consegue consumá-lo, responderá por tentativa; contudo, se, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução, ou impede que o resultado se produza, responderá também por tentativa, pois o Código Penal não admite exclusão da tentativa em tais hipóteses.
63. Considere que Pedro, para repelir injusta agressão atual contra sua integridade física, utilize moderadamente os meios necessários e, com isso, lesione o agressor. Nessa situação, estará caracterizada a legítima defesa, causa de exclusão da ilicitude prevista no Código Penal.
64. A embriaguez completa, voluntária ou culposa, exclui a imputabilidade penal do agente, isentando-o de pena, uma vez que ele não possui, nesse estado, plena capacidade de entendimento e autodeterminação.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO POLICIAL MILITAR DO ALAGOAS (*PARTE DE LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL – ITENS 4 A 17)

Antônio Pequeno

Um brasileiro foi vítima do crime de tortura na Alemanha. Com base nessa situação hipotética e de acordo com a lei nº 9.455/1997 julgue o item abaixo:

65. A lei brasileira será aplicada independentemente de qualquer condição.

66. Um policial foi condenado por ter praticado uma injúria racial, crime previsto no art.2-A, da lei nº 7,716/1989, contra um menor. Nesse caso o efeito da condenação que consiste na perda do cargo é um efeito automático.

Nos termos da lei nº 13869/2019, conhecida como a Lei de Abuso de Autoridade, julgue o item abaixo:

67. A perda do cargo é um efeito automático.

68. Julgue o item abaixo com base na lei nº 11.343/2006.

A ação controlada, com base na lei de drogas, basta a comunicação prévia ao juízo, não precisando de decisão judicial autorizando.

Nos termos da lei nº 9.455/1997, conhecida como a Lei de Tortura, julgue o item abaixo:

69. A tortura só pode ser praticada na forma dolosa e algumas modalidades exigem a finalidade específica.

70. Julgue o item abaixo de acordo com a Lei nº 11.340/2006.

Não é possível a aplicação de nenhum instituto previsto na Lei nº 9.099/1995.

Carlos, Marcos, Ricardo e Hélio, membros de uma organização criminosa voltada para a prática de crimes de tráfico de pessoas. Carlos, líder da organização criminosa, resolveu participar de um acordo de colaboração premiada com o Ministério Público, sendo o primeiro a colaborar e fornecer informações sobre infrações penais que o órgão acusador não tinha conhecimento. Tendo como referência essa situação hipotética e de acordo com a lei nº 12.850/2013, julgue o item abaixo:

71. Carlos poderá ser beneficiado pelo perdão judicial, vez que foi o primeiro a prestar a colaboração e trazer informações sobre infrações penais que o Ministério Público não tinha conhecimento

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

72. No que se refere aos atos administrativos, julgue o item a seguir.

O ato administrativo consiste em manifestação bilateral de vontade do Estado, produzida no exercício da função administrativa, exigindo, como regra geral, a concordância prévia do administrado para a produção de efeitos jurídicos válidos.

73. No que se refere à extinção dos atos administrativos, julgue o item a seguir.

A anulação do ato ilegal depende de prévia manifestação do Poder Judiciário, sendo vedado à Administração exercer controle sobre seus próprios atos

74. A respeito do Controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O controle judicial dos atos administrativos, como regra geral, limita-se à análise da legalidade e da legitimidade, sendo vedada a apreciação do mérito administrativo, que permanece no âmbito de discricionariedade da Administração

75. A respeito do Controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O controle legislativo caracteriza-se como controle interno, exercido exclusivamente no âmbito do próprio Poder Legislativo, não alcançando os atos praticados pelo Poder Executivo

76. A respeito da organização da Administração Pública, julgue o item a seguir.

A centralização administrativa caracteriza-se pela execução das atividades administrativas diretamente pelos entes federativos por meio de suas entidades da Administração Indireta, dotadas de personalidade jurídica própria, sem recurso a órgãos públicos, que passam a ter funções meramente consultivas ou decorativas

77. Com base na responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

Ainda que o evento danoso decorra exclusivamente de conduta da vítima, o Estado permanece obrigado a indenizar com base na responsabilidade objetiva, sendo possível, no máximo, a redução proporcional do valor da indenização em razão da contribuição da vítima para o resultado

78. No tocante aos poderes da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O poder hierárquico estabelece relações de subordinação não apenas entre órgãos e agentes de uma mesma pessoa política ou administrativa, mas também entre a Administração Direta e as entidades da Administração Indireta, que se encontram sujeitas à subordinação hierárquica em relação ao ente que as criou

79. Com base nos princípios expressos da Administração Pública, julgue o item a seguir.

O princípio da moralidade limita-se a exigir que o agente público atue em conformidade com a lei, de forma que atos praticados dentro dos limites formais da legalidade, ainda que contrariem padrões éticos e de boa-fé, não podem ser invalidados pela Administração, sob pena de insegurança jurídica

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

80. Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal são absolutos, não podendo sofrer qualquer tipo de limitação.

81. O rol de direitos e garantias fundamentais previsto na Constituição Federal é taxativo, não admitindo a existência de outros direitos além daqueles expressamente previstos no texto constitucional.

82. Os direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal aplicam-se apenas aos brasileiros natos e naturalizados, não alcançando os estrangeiros residentes no país.

83. A inviolabilidade do domicílio, prevista na Constituição Federal, admite exceções, podendo o ingresso na casa do indivíduo ocorrer, sem consentimento do morador, em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro, a qualquer hora, e, durante o dia, por determinação judicial.

84. É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou

aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

85. O estado de defesa pode ser decretado pelo Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, para preservar ou restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

86. Durante o estado de sítio, é vedada a restrição ao sigilo de correspondência e de comunicações telegráficas e telefônicas, por se tratar de direito fundamental absoluto.

87. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, subordinadas ao Presidente da República.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

88. Acerca do tema Inquérito Policial, julgue o item seguinte:

O inquérito policial é peça indispensável para o oferecimento da denúncia, não podendo o Ministério Público dar início à ação penal pública sem o prévio caderno investigativo concluído pela polícia judiciária.

89. Acerca do tema Inquérito Policial, julgue o item seguinte:

Se, durante a tramitação do inquérito policial, a autoridade policial concluir que o fato foi praticado sob o amparo de uma excludente de ilicitude, como a legítima defesa, poderá ela própria determinar o arquivamento dos autos.

90. Acerca do tema Inquérito Policial, julgue o item seguinte:

Constitui direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados nos autos do inquérito, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

91. Acerca do tema Inquérito Policial, julgue o item seguinte:

Nos crimes em que a ação pública depender de representação, o inquérito policial não poderá ser iniciado sem a manifestação de vontade do ofendido ou de seu representante legal.

92. Acerca do tema Ação Penal, julgue o item seguinte:

Nos crimes de ação penal pública, o Ministério Público não poderá desistir da ação penal após o seu ajuizamento, em observância ao princípio da indisponibilidade.

93. Acerca do tema Ação Penal, julgue o item seguinte:

A vítima de um crime de ação penal privada decairá do direito de queixa se não o exercer no prazo de 06 meses, a contar da ciência da autoria delitiva.

94. Acerca do tema Ação Penal, julgue o item seguinte:

Na ação penal de iniciativa privada, a queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao

processo de todos, cabendo ao Ministério Público zelar pela indivisibilidade da ação penal.

95. Acerca do tema Ação Penal, julgue o item seguinte:

Nos crimes que se processam mediante ação penal pública condicionada, a representação do ofendido será irretratável após o recebimento da denúncia pelo juiz competente.

DIREITO PENAL MILITAR

Murilo Marques

96. Tal como o direito penal comum, o Código Penal Militar consagra em seu bojo o princípio da intranscendência da penal, o qual estabelece que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

97. Em caso de concurso aparente de normas, para se reconhecer qual a lei mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

98. Conforme o Código Penal Militar, ao crime tentado, será aplicada uma causa de redução de pena, a qual pode variar de 1/3 a 2/3, não sendo possível o juiz aplicar ao crime tentado a mesma pena de um crime consumado por questões de política criminal.

99. De forma exaustiva, o Código Penal Militar prevê a seguintes penas principais: morte, reclusão, detenção, prisão e impedimento. Sendo esta última aplicada em apenas um delito do CPM.

100. A execução da pena privativa de liberdade não superior a 2 (dois) anos pode ser suspensa por 3 (três) a 7 (sete) anos, no caso de pena de reclusão, e por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, no caso de pena de detenção, desde que atendidos determinados critérios estabelecidos na Lei.

101. Quanto ao livramento condicional, o condenado a pena de reclusão ou de detenção por tempo igual ou superior a dois anos pode ser liberado condicionalmente, desde que, sem sendo primário, tenha cumprido, no mínimo, 1/3 da pena imposta.

102. A perda de posto e patente resulta da condenação a pena privativa de liberdade por tempo superior a 2 (dois) anos, por crimes comuns e militares, e importa a perda das condecorações, desde que submetido o oficial ao julgamento perante o tribunal, conforme constitucionalmente positivado.

103. Para que se configure o crime de violência contra superior, este deve ocorrer diante de outro militar.

104. O Código Penal Militar traz tipos penais distintos, podendo-se falar em crime propriamente militares, impropriamente militares e crimes militares por extensão. Posto isso, pode-se afirmar que o delito de dormir sem serviço é considerado um crime propriamente militar.

105. O crime de deserção, que é considerado propriamente militar, é tido como um crime a prazo, isto é, sua consumação somente se efetiva quando o militar se ausenta, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar que deve permanecer, por mais de oito dias.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Murilo Marques

106. Nos casos concretos, se houver divergência entre normas penais e processuais brasileiras e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as normas brasileiras, segundo o princípio da soberania nacional.

107. O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

108. O direito processual penal militar admite ações penais públicas incondicionadas e condicionadas à representação, além de ações penais personalíssimas.

109. Qualquer pessoa poderá e os militares deverão prender quem for insubmisso ou desertor, ou seja encontrado em flagrante delito. Nesse contexto, o agente que cometeu um crime há poucas horas estará, como regra, em situação de flagrante, mesmo que não tenha sido perseguido após o ato.

110. A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a dois anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.

111. Quanto ao processo de deserção, o termo de deserção tem o caráter de instrução provisória e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, sujeitando, desde logo, o desertor à prisão.

112. Consumada a deserção de praça especial ou praça sem estabilidade, será ela imediatamente excluída do serviço ativo. Se praça estável, será agregada, fazendo-se, em ambos os casos, publicação, em boletim ou documento equivalente, do termo de deserção e remetendo-se, em seguida, os autos à auditoria competente.

113. O insubmisso que se apresentar ou for capturado terá o direito ao quartel por menagem e será submetido à inspeção de saúde. Se incapaz, será processado na condição de civil.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

114. Quanto ao conceito, os direitos humanos podem ser definidos como um conjunto de prerrogativas e instituições que concretizam a dignidade da pessoa humana, sendo correto afirmar que possuem natureza imutável e absoluta.

115. No que se refere à evolução dos direitos humanos, a denominada segunda geração ou dimensão é marcada pela transição do absentismo estatal para uma postura de implementação de direitos sociais, econômicos e culturais.

116. O princípio da abrangência ou universalidade implica que os direitos humanos devem ser garantidos a todos os indivíduos, independentemente de nacionalidade, raça ou sexo, sem que o relativismo cultural possa ser invocado para anular o núcleo essencial da dignidade humana.

117. No âmbito do sistema interamericano de proteção aos Direitos Humanos, a sentença da Corte Interamericana é definitiva e inapelável.

118. De acordo com o Pacto de São José da Costa Rica (Decreto nº 678/1992), toda pessoa tem direito ao prenome e aos sobrenomes de seus pais ou ao de um destes, devendo a lei regular a forma de assegurar este direito para todos.

119. Segundo as disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o direito de resposta ou retificação é garantido apenas em casos de ofensas transmitidas por meios de comunicação estatais.

120. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos veda expressamente a aplicação da pena de morte para delitos políticos ou crimes comuns conexos com delitos políticos.

Discursiva

Textos motivadores

Texto I. Nos últimos anos, diversas Secretarias Estaduais de Segurança Pública passaram a empregar sistemas de reconhecimento facial em estações de transporte coletivo, eventos de grande público e operações de policiamento ostensivo. A tecnologia cruza imagens captadas por câmeras com bancos de dados de procurados e procura agilizar a identificação de foragidos da Justiça. *(Adaptado de relatório setorial sobre tecnologia aplicada à segurança pública, 2024.)*

Texto II. Estudos publicados desde 2019 demonstram disparidades significativas nas taxas de erro de algoritmos de reconhecimento facial conforme o grupo demográfico avaliado. Pessoas negras, asiáticas e mulheres apresentam índices de falso positivo superiores aos de homens brancos — fenômeno atribuído a vieses presentes nas bases de treinamento e ao chamado "machine learning" enviesado.

Texto III. "Art. 5º, X — são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação." (Constituição Federal, 1988.)

Comando da questão

Com base nos textos motivadores e em seus conhecimentos, redija um texto dissertativo-argumentativo, em até 30 linhas, sobre o tema "**O emprego do reconhecimento facial na segurança pública brasileira: limites jurídicos, riscos e perspectivas**". Apresente posicionamento fundamentado, articule argumentos consistentes e proponha encaminhamento factível para o problema, em norma-padrão da língua portuguesa.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
